

# ÍNDICE

## PARTE I — DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

<b>CAPÍTULO I — Fundamentos e Formação Histórica do Direito do Trabalho. Tendências Atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e Garantias Mínimas</b> .....	43
1. Introdução .....	43
2. O trabalho na Antiguidade .....	45
2.1. <i>Locatio conductio: rei, operis e operarum</i> no mundo romano .....	45
3. Idade Média .....	47
4. O regime liberal .....	49
5. Consequências da Revolução Industrial responsáveis pelo aparecimento do Direito do Trabalho .....	51
5.1. Sumário da evolução histórica do Direito do Trabalho .....	54
6. Evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil .....	55
6.1. O Direito do Trabalho à luz das Constituições brasileiras .....	56
7. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e garantias mínimas .....	67
7.1. Introdução .....	67
7.2. Flexibilização. Momento histórico. Tipos .....	69
7.2.1. Flexibilização e desregulamentação heterônoma. Flexibilização autônoma ....	69
7.2.2. Desregulamentação e o trabalho da mulher .....	70
<b>CAPÍTULO II — Direito do Trabalho: Denominação. Conceito. Características. Divisão. Natureza Jurídica. Função. Relação com Outras Disciplinas. Autonomia</b> .....	72
<b>CAPÍTULO III — Fontes do Direito do Trabalho. Conceito. Classificação e Hierarquia. Conflitos e suas Soluções</b> .....	81
1. Conceito .....	81
2. Classificação .....	81
2.1. Fontes formais .....	82
3. A lei como principal fonte formal .....	83
3.1. Classificação das leis .....	84
a) Quanto à hierarquia .....	84
b) Natureza .....	86

c) Forma técnica .....	86
d) Força obrigatória .....	86
3.2. Fontes formais de origem estatal .....	86
3.3. Eficácia da lei. Cessação, Revogação, Derrogação e ab-rogação .....	88
3.4. Fontes internacionais .....	89
3.4.1. Efetividade das normas internacionais .....	92
3.5. Ordem jurídica comunitária .....	94
4. Sentença normativa .....	96
5. Convenções coletivas e acordos coletivos como fontes formais de origem profissional ou autônomas. A recusa do sindicato profissional na celebração de acordo coletivo e a interferência da Justiça do Trabalho .....	96
5.1. Eficácia no tempo das vantagens inseridas em acordos e convenções coletivas. Ultratividade da norma coletiva .....	97
5.2. Conflito entre acordo e convenção coletiva .....	98
6. Contrato individual de trabalho. Conflito entre contrato e norma coletiva (convenção ou acordo coletivo) .....	99
7. Regulamento interno de empresa .....	99
8. Laudos arbitrais .....	100
9. Hierarquia das fontes. Conflitos e soluções .....	101

#### **CAPÍTULO IV — A Hermenêutica. Interpretação. Integração. Aplicação do Direito do Trabalho. Métodos Básicos de Exegese. Origem. Conceito. Objeto. Regras .....**

1. Interpretação do Direito do Trabalho .....	106
1.1. Conceito e fundamentos .....	106
1.2. Sistemas e escolas de interpretação .....	107
1.3. Classificação da interpretação. Métodos básicos de exegese .....	111
2. Integração .....	114
2.1. Introdução .....	114
2.2. Autointegração .....	116
2.2.1. Analogia e interpretação extensiva .....	118
2.2.2. A analogia em face de dispositivos especiais .....	118
2.2.3. A analogia e os dispositivos de exceção .....	119
2.3. Heterointegração .....	122
2.3.1. Jurisprudência .....	122
2.3.2. Doutrina .....	125
2.3.3. Equidade .....	127
2.3.4. A equidade no direito positivo .....	127
2.3.5. Direito comparado .....	128
2.3.6. Costumes. Diferença entre usos e costumes. Elementos do direito consuetudinário. Classificação .....	130
2.4. Princípios .....	131

3. Aplicação do Direito do Trabalho .....	131
3.1. Aplicação do Direito do Trabalho no tempo. Direito adquirido e direito consumado .....	131
3.2. Aplicação do Direito do Trabalho no espaço .....	133

**CAPÍTULO V — Princípios do Direito do Trabalho. Princípios Constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre Princípio e Norma .....** 136

1. Princípios gerais do Direito .....	136
1.1. Princípios gerais do Direito. Implicações no Direito do Trabalho .....	136
2. Princípios constitucionais .....	137
3. Distinção entre princípio e norma. Conflito. Princípio da proporcionalidade .....	137
4. Princípios peculiares do Direito do Trabalho .....	141

**CAPÍTULO VI — Renúncia e Transação. Comissões de Conciliação Prévia .....** 154

1. Renúncia .....	154
1.1. Conceito e elementos .....	154
1.2. Irrenunciabilidade e conteúdo da norma .....	155
1.3. Renúncia expressa e tácita .....	156
1.4. Momento da renúncia .....	157
1.5. Renúncia e norma coletiva .....	158
2. Transação .....	160
2.1. Conceito e natureza jurídica .....	160
2.2. Transação e a Constituição da República de 1988 .....	160
2.2.1. Transação. Limites. Cláusulas de convenção coletiva. Nulidade .....	161
2.3. Transação. Quitação pelo objeto do pedido e extinto contrato de trabalho feita em juízo. Diferença entre conciliação e transação .....	162
2.4. Transação e órgãos públicos .....	164
2.5. Transação extrajudicial. Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Efeitos .....	164
2.6. Conclusão .....	165
3. Comissões de Conciliação Prévia .....	165

**CAPÍTULO VII — Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Estrutura da Relação Empregatícia. Elementos Componentes. Natureza Jurídica. Relações de Trabalho *Lato Sensu*: Trabalho Autônomo, Eventual, Avulso, Portuário. Lei n. 8.630/1993. Estágio. Cooperativas de Mão de Obra. Contratos de Trabalho por Equipe .....** 172

1. Relação de trabalho e relação de emprego .....	172
2. O trabalho autônomo .....	173
3. O trabalho eventual .....	173
4. O trabalho avulso .....	174
4.1. O trabalho portuário desenvolvido pelo avulso .....	175
4.2. Primeiros direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores portuários avulsos ...	175
4.3. Atividades de movimentação de mercadoria em geral e trabalho avulso .....	176

5. Estágio de estudantes .....	177
5.1. Definição, classificação e relações de estágio .....	177
5.2. Jornada de atividades realizadas em estágio. Duração do estágio. Bolsa de estudo. Transporte. Estagiário e período de recesso .....	178
5.3. Da fiscalização .....	179
5.4. Das disposições gerais .....	180
5.5. Estagiário. Subscritor do recurso .....	181
5.6. Residência médica .....	181
6. Cooperativas de mão de obra .....	182
7. Contratos de trabalho por equipe .....	183

**CAPÍTULO VIII — Contrato de Trabalho: Denominação, Conceito, Classificação, Caracteres. Natureza Jurídica. Requisitos. Elementos Integrantes** 185

1. Denominação .....	185
2. Conceito .....	185
3. Classificação .....	186
4. Caracteres do contrato de trabalho .....	186
5. Natureza jurídica .....	189
6. Morfologia do contrato. Requisitos. Elementos .....	192
6.1. Requisitos do contrato de trabalho .....	192
6.2. Elementos .....	192
6.2.1. Capacidade do trabalhador em geral .....	192
6.2.2. Licitude do objeto. Cambista de jogo de bicho .....	194
6.2.2.1. Rinhas de galo. Vendedores de rifa .....	196
6.2.3. Consentimento .....	197
6.2.4. Causa lícita .....	199
6.2.5. Legitimação. Ilegalidade da permanência de estrangeiro no país. Contratos que exigem formação específica .....	199
6.2.6. Elementos acidentais: termo e condição. Cláusula de não concorrência .....	200
6.2.7. Cláusulas de condições recíprocas. Curso ou bolsa de estudo custeados pelo empregador .....	204
7. Sujeitos do contrato de trabalho .....	204
8. Prova do contrato de trabalho .....	204

**CAPÍTULO IX — Empregado. Conceito. Caracterização (Pressupostos). Altos Empregados: Exercentes de Cargo de Confiança e Trabalhadores Intelectuais. Coexistência da Condição de Empregado com a de Sócio. Mãe social. Índio. Aprendiz. Empregado a Domicílio. Tele-trabalhador. Empregado Doméstico** ..... 207

1. Conceito e caracterização .....	207
2. Altos empregados .....	213

2.1. Empregado ocupante de cargo de confiança .....	214
2.1.1. Conceito .....	214
2.2. Diretor de S/A .....	216
3. Consequências práticas da qualificação jurídica .....	218
4. Ocupantes de cargo de confiança específica .....	219
5. Trabalhadores intelectuais .....	221
5.1. A extensão da legislação trabalhista aos intelectuais .....	221
5.2. Conceito .....	222
5.3. Subordinação jurídica .....	223
5.3.1. Redimensionamento do Direito do Trabalho .....	223
5.3.2. A insuficiência da subordinação objetiva e a necessidade do “direito residual de controle” .....	224
5.3.3. A importância da autonomia da vontade .....	226
5.4. O trabalho parassubordinado .....	227
5.5. Aspectos considerados pela jurisprudência para enquadrar como empregados determinados trabalhadores intelectuais: Advogado — Médico e dentista — Engenheiro — Jornalista — Artista — Músico — Trabalhos com informática .....	229
5.6. Conclusão .....	236
6. Coexistência da condição de sócio com a de empregado. Desconsideração da personalidade jurídica .....	238
6.1. Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade .....	240
7. Atleta .....	241
7.1. Árbitro de futebol .....	242
7.2. Treinador profissional de futebol .....	243
8. Mãe social — Mãe crecheira — Pai social .....	244
9. Relação de emprego entre familiares, entre cônjuges ou pessoas que vivam em regime de união estável .....	245
10. Índio .....	246
11. Aprendiz .....	248
12. Trabalhadores que se situam na chamada “zona grise” .....	250
13. Trabalhadores a distância .....	253
13.1. Empregado a domicílio .....	253
13.1.1. Escorço histórico .....	253
13.1.2. Setores que se utilizam do trabalho a domicílio .....	253
13.1.3. Intervenção legislativa .....	253
13.1.4. Conceito .....	254
13.1.5. Vantagens e desvantagens do trabalho a domicílio .....	256
13.1.6. O perfil do trabalhador a domicílio .....	256
13.1.7. O trabalho a domicílio e a legislação estrangeira. Tendências .....	257
13.1.8. O trabalho a domicílio no Brasil .....	257

13.2. O teletrabalho. Novas tecnologias. Novas formas de subordinação jurídica .....	258
13.2.1. Teletrabalho e trabalho a domicílio .....	258
13.2.2. Vantagens e desvantagens para a empresa .....	259
13.2.3. Vantagens e desvantagens para o trabalhador .....	259
13.2.4. Vantagens para o meio ambiente .....	260
13.2.5. O enquadramento jurídico do teletrabalhador. Indicadores valiosos para a identificação da subordinação jurídica .....	260
13.2.6. Alteração contratual .....	263
13.2.7. Direitos assegurados ao teletrabalhador. Deveres do empregado .....	263
13.2.8. Riscos para a segurança e saúde dos teletrabalhadores .....	264
13.2.9. O teletrabalho e a legislação estrangeira. Primeiras manifestações legislativas ..	265
13.2.10. Instrumentos de trabalho .....	266
13.2.11. Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	266
13.2.12. Deveres secundários .....	267
13.2.13. Participação e representação coletivas .....	267
14. Empregado doméstico .....	267
14.1. Evolução legislativa .....	267
14.2. Conceito .....	268
14.3. Pessoa que presta serviços de acompanhamento ou enfermagem no âmbito familiar ou em casa de repouso, em caráter particular .....	271
14.3.1. Serviço doméstico a pessoas que vivem comunitariamente — República de estudantes .....	272
14.3.2. Serviços de natureza doméstica a um condomínio .....	272
14.3.3. Empregada a domicílio .....	272
14.3.4. Pedreiro que trabalha na construção de residência .....	273
14.3.5. “Diarista”. Tendência na legislação estrangeira .....	274
14.3.6. Serviço doméstico acumulado com serviço em atividade lucrativa .....	278
14.3.7. Acréscimo de atividades .....	279
14.4. Direitos assegurados ou não ao doméstico .....	279
14.4.1. Lei n. 5.859, de 1972, e Constituição da República de 1988 .....	279
14.4.2. A licença-maternidade .....	280
14.4.2.1. Concessão da licença-maternidade — Alteração legal .....	280
14.4.3. Estabilidade provisória. Doméstica .....	281
14.4.3.1. Estabilidade provisória e acidente do trabalho .....	282
14.4.4. Férias .....	282
14.4.5. Repousos aos domingos e feriados. Doméstica .....	285
14.4.6. Salário mínimo. Irredutibilidade de salário .....	286
14.4.7. Uso de uniforme .....	288
14.4.8. Jornada de trabalho .....	288
14.4.9. Aviso-prévio .....	288
14.4.10. FGTS .....	288

14.4.10.1. Seguro-desemprego .....	288
14.4.11. Salário-enfermidade relativo aos 15 primeiros dias de afastamento por doença .....	289
14.5. Justas causas .....	289
14.6. Contrato de experiência ou de prova. Tendência na legislação estrangeira .....	290
14.7. Pedido de demissão. Assistência e multa a que se referem os art. 477 e parágrafos da CLT e 467 do mesmo diploma .....	291
14.8. Responsabilidade civil das agências de empregados domésticos .....	291
14.9. Sucessão .....	291
14.10. Direitos sindicais .....	291
14.11. A representação do empregador doméstico na Justiça do Trabalho .....	292
14.12. Impenhorabilidade dos bens a que alude a Lei n. 8.009, de 1990, e empregado doméstico .....	293
14.13. Prescrição e créditos dos empregados domésticos .....	293
14.14. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho .....	293

**CAPÍTULO X — Empregador. Conceito. Caracterização. Empresa e Estabelecimento.  
Cartório não Oficializado. Grupo Econômico. Sucessão de Empre-  
gadores. Consórcio de Empregadores. Situações de Responsabilização  
Empresarial .....**

1. Conceito legal .....	294
2. Conceito de empresa e estabelecimento. Natureza jurídica .....	294
3. Tipos de empregador .....	296
3.1. Empregador por equiparação .....	296
3.1.1. Partido político .....	296
3.2. Edifício de apartamento. Condomínio .....	297
3.3. Falência e empresas em liquidação .....	298
3.4. Patrimônio hereditário .....	299
3.5. Usufruto .....	299
3.6. Empregador aparente .....	299
3.7. Agentes políticos. Agentes públicos .....	299
3.8. Cartório não oficializado .....	300
4. Subempreitada .....	302
5. Grupo econômico .....	304
6. Sucessão de empregadores: conceito, requisitos e natureza jurídica. Sucessão total ou parcial .....	308
6.1. Sucessão em face do fenômeno da globalização. Posição das partes. Responsabilização ....	310
7. Pessoa jurídica de direito privado sucedida pela União ou por Estado-membro. Penhora .....	313
8. Sucessão. Hasta pública. Concessão de serviço público .....	313
9. Desmembramento de municípios .....	314
10. Sucessão. Âmbito doméstico .....	314
11. Sucessão. Provedores da <i>internet</i> .....	314

12. Sucessão. Transferência de marca .....	317
13. Sucessão e privatização de empresa .....	318
14. Sucessão. Suspensão e interrupção contratual .....	318
15. Sucessão trabalhista. Aquisição de empresa pertencente a grupo econômico. Responsabilidade solidária do sucessor por débitos trabalhistas de empresa não adquirida. Inexistência .....	318
16. Juros de mora. Empresa em liquidação extrajudicial. Sucessão trabalhista .....	318

<b>CAPÍTULO XI — Trabalho Rural: Empregador, Empregado e Trabalhador Rural. Normas de Proteção ao Trabalhador Rural .....</b>	<b>319</b>
1. O trabalho rural no Brasil. Evolução legislativa .....	319
2. Conceito .....	321
2.1. Enquadramento do “boia-fria” e do “turmeiro” ou “gato” .....	322
2.2. Enquadramento dos motoristas, apontadores, fiscais, tratoristas, pedreiros, empregados de escritório, professoras de escola rural, forneiros, trabalhadores do campo de empresa agroindustrial .....	323
2.3. Trabalhador de cooperativa agrícola .....	326
2.4. Cooperado e trabalhador rural .....	326
2.5. Condomínio rural .....	328
2.6. Trabalho temporário no meio rural — Lei n. 11.718, de 20.6.2008 .....	328
3. Fenômeno contratual da promiscuidade .....	329
4. Contratos mistos .....	329
5. O caráter <i>intuitu personae</i> do contrato de trabalho do rurícola .....	330
6. Sucessão .....	331
7. Duração do trabalho .....	331
7.1. Jornada, horário e intervalos .....	331
7.2. Horas <i>in itinere</i> .....	333
8. Férias .....	333
9. Faltas ao serviço. Compras. Controle de frequência .....	334
10. Salário <i>in natura</i> .....	334
11. Equiparação salarial .....	336
12. Adicional de insalubridade e periculosidade .....	337
12.1. Exposição a raios solares .....	338
13. Oscilações climáticas e trabalho rural .....	338
14. O trabalho rural do menor .....	339
14.1. Aprendizagem .....	339
15. Licença-maternidade .....	340
16. Salário-família .....	340
17. Despedida de empregado rural implica igualmente despedida de empregados componentes do mesmo núcleo familiar? .....	341
18. Ação de despejo .....	342
19. Relação de trabalho controvertida. Rescisão indireta não comprovada e suas consequências .....	343
20. Aviso-prévio .....	346

21. Indenização. Limite de 60% .....	346
22. Indenização e safrista. Contrato coletivo de safra .....	347
23. Indenização e soma de períodos descontínuos de trabalho .....	347
24. Programa de Integração Social .....	349
25. Impenhorabilidade de módulo rural .....	349
26. Contrato de Experiência .....	350
27. Prescrição .....	350

**CAPÍTULO XII — Trabalho Temporário. Terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização Lícita e Ilícita. Entes Estatais e Terceirização. Responsabilidade na Terceirização. Contrato de Franquia .....**

1. Trabalhador temporário .....	351
1.1. Escorço histórico .....	351
1.2. Conceito .....	353
1.3. Vantagens .....	353
1.4. Prazo de duração .....	353
1.5. Cocontratantes .....	353
1.6. Poder de comando .....	354
1.7. Direitos assegurados ao trabalhador temporário .....	354
1.8. Indenização prevista no art. 12 da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e FGTS (Lei n. 8.036, de 1990) .....	354
1.9. Contrato de trabalho temporário seguido de contrato de experiência .....	356
1.10. Justa causa .....	357
1.11. Competência .....	357
2. Terceirização no Direito do Trabalho .....	357
2.1. Terceirização lícita e ilícita. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade .....	357
2.2. Terceirização. Contrato de franquia .....	362

**CAPÍTULO XIII — Trabalho Voluntário e Trabalho Religioso .....**

1. Trabalho voluntário .....	364
1.1. Introdução .....	364
1.2. Conceito .....	364
1.3. Termo de adesão .....	365
1.4. Ressarcimento de despesas. Auxílio financeiro a jovens egressos de unidades prisionais e a grupos de jovens submetidos a maiores taxas de desemprego. Estímulo ao primeiro emprego .....	366
1.5. O trabalho voluntário e a Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000 .....	366
1.6. O trabalho voluntário e a legislação italiana .....	367
2. Trabalho religioso .....	368
2.1. Introdução .....	368
2.2. Natureza da atividade religiosa .....	368
2.3. Serviços de natureza religiosa prestados ao ente a que pertence o religioso. Impossibilidade de constituir objeto de um contrato de trabalho .....	370

2.4. Serviço não religioso prestado por sacerdotes ou freiras ao ente a que pertencem ..	372
2.5. Nova tendência doutrinária e jurisprudencial sobre o trabalho religioso prestado em favor de terceiro na Itália .....	375
2.6. Sacristães, organistas e campanários .....	376
2.7. Colportor .....	377

**CAPÍTULO XIV — Modalidades de Contrato de Emprego. Tipos de Contrato a Termo. Contrato de Experiência e Período de Experiência. Contrato de Emprego e Contratos Afins. Diferença entre Contrato de Trabalho e Prestação de Serviços. Empreitada, Mandato, Representação Comercial, Sociedade e Parceria. Pré-Contrato. Responsabilidade Pré-Contratual .....**

1. Introdução .....	381
2. Contrato de experiência .....	383
2.1. Contrato de experiência e período de experiência .....	383
2.2. Conceito .....	383
2.3. Natureza jurídica .....	384
2.4. Forma. Tendência na legislação estrangeira .....	384
2.5. Classificação e prazo .....	385
2.6. Equívoco na contagem do prazo .....	386
2.7. Objeto .....	386
2.8. Contrato de experiência que sucede a um contrato temporário .....	387
2.9. Prorrogação .....	388
2.10. Renovação .....	389
2.11. Necessidade ou não de expor as razões pelas quais não prosseguiu o contrato .....	389
2.12. Contrato de experiência e empregado rural .....	389
2.13. Contrato de experiência e empregado doméstico. Tendência na legislação estrangeira ...	390
2.14. Contrato de Experiência. Consórcio de empresas .....	390
2.15. Contrato de experiência e doença no seu curso .....	391
2.16. Contrato de experiência e estabilidade provisória .....	391
2.17. Cessaçãõ do contrato de experiência e direitos assegurados ao empregado .....	392
3. Contrato de safra .....	393
4. Contrato de trabalho temporário .....	394
5. Contrato de trabalho do atleta profissional do futebol .....	395
5.1. O atleta profissional e as leis trabalhistas .....	395
6. Contrato de trabalho do artista .....	396
7. Contrato por obra certa .....	397
8. Técnico estrangeiro .....	397
9. Contrato por prazo determinado instituído por convenções e acordos coletivos .....	397
9.1. Admissão sob a égide da Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998 .....	397
9.2. Limite fixado para contratação sob essa modalidade de contrato a termo .....	398

9.3. Direitos assegurados .....	398
9.4. Empresas com preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito .....	400
9.5. Violação aos preceitos contidos na Lei n. 9.601, de 1998 .....	400
10. Contratos com cláusula de duração mínima .....	400
11. Contrato de emprego e contratos afins. Diferença entre contrato de trabalho e prestação de serviços, empreitada, mandato, representação comercial, sociedade e parceria .....	401
11.1. Contrato de prestação de serviços .....	401
11.2. Empreitada .....	402
11.3. Mandato .....	403
11.4. Representação comercial .....	404
11.5. Contrato de sociedade .....	406
11.6. Parceria rural .....	407
12. Pré-contrato. Responsabilidade pré-contratual. Conceito. Elementos. Natureza jurídica. Fundamentos. Efeitos no contrato de trabalho .....	407
12.1. Conceito. Elementos .....	407
12.2. Natureza da responsabilidade pré-contratual .....	409
12.3. Fundamento da responsabilidade pré-contratual .....	409
12.3.1. Pré-contrato e contrato preliminar .....	409
12.4. Efeitos no Direito do Trabalho. Perdas e danos. Pré-contratação de horas extras. Ilegalidade. Ilegitimidade .....	410

**CAPÍTULO XV — Formas de Invalidade do Contrato de Emprego. Nulidades Total e Parcial. Trabalho Ilícito e Trabalho Proibido. Efeitos da Declaração de Nulidade. Contrato de Trabalho Prostitucional na Alemanha. Trabalho Forçado .....**

411

**CAPÍTULO XVI — Contrato de Emprego do Servidor Público: Princípios de Direito Administrativo, Tipos de Servidores, Estabilidade, Contratação por Prazo Determinado .....**

418

1. Princípios do direito administrativo .....	418
2. A característica de ampliação crescente do Direito do Trabalho e o servidor público .....	419
3. Administração Pública e servidores de seu quadro. Concurso. Contratação irregular. Empregados de empresa pública e sociedade de economia mista. Aposentadoria e continuidade da prestação de serviços. Necessidade de novo concurso? .....	420
3.1. Mudança de regime jurídico de celetista para estatutário. Limites à execução .....	424
4. A terceirização e os órgãos da administração .....	425
5. Acumulação de cargos .....	427
5.1. Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício .....	427
6. Cargos em comissão .....	427
7. Alteração de jornada. Servidor público .....	428
8. Regimes jurídicos diversos. Equiparação salarial .....	428
9. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição da República de 1988 .....	429

10. Estabilidade provisória e leis eleitorais .....	430
11. Assistência a que alude o art. 477 da CLT e multa do art. 8º do referido preceito legal	431
12. Legislação federal aplicável aos servidores públicos dos Estados e Municípios .....	431
13. Agente Comunitário da Saúde e combate às endemias .....	432

<b>CAPÍTULO XVII — Trabalho do Menor. Conceito de Criança e Adolescente. Efeitos da Contratação. Normas de Proteção. Limites. Estagiário e Aprendiz. Conselhos Tutelares .....</b>	<b>433</b>
1. Introdução .....	433
2. Fundamentos da tutela especial .....	434
3. Evolução legislativa .....	434
4. O trabalho do menor e a ação internacional. Tendência .....	436
4.1. A concentração de trabalhadores menores no Brasil .....	438
5. O trabalho do menor à luz das Constituições brasileiras .....	439
5.1. Eficácia do contrato de trabalho do menor em face da lei vigente à época de sua admissão no emprego .....	440
6. Destinatários das normas trabalhistas constantes do Capítulo IV, do Título III da CLT ..	440
7. A capacidade laboral. Distinção entre criança e adolescente .....	441
8. Contratação e desligamento .....	442
9. Trabalhos proibidos. Fundamentos .....	443
10. Limites à jornada de trabalho do menor .....	446
11. Férias e repouso .....	446
12. Recibos .....	447
13. Prescrição. Direitos oriundos de sucessão .....	447
14. O salário do trabalhador rural menor .....	448
15. Deveres dos responsáveis legais .....	448
16. Deveres dos empregadores .....	448
17. O contrato de aprendizagem .....	449
17.1. Evolução histórica. Conceito de contrato de aprendizagem. Requisitos de validade. Distinção entre aprendiz e estagiário .....	449
17.2. Duração .....	451
17.3. Natureza jurídica .....	452
17.4. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes .....	452
17.5. Locais destinados a ministrar o aprendizado .....	452
17.6. Restrições ao contrato de trabalho do aprendiz .....	454
17.7. Salário, jornada e FGTS em face das inovações introduzidas pela Lei n. 10.097, de 2000 .....	454
17.8. Cessação do contrato de aprendizagem. Justa causa .....	455
18. Aspectos processuais relacionados com o trabalho do menor .....	455
19. Trabalho educativo .....	456
20. Conselho tutelar: composição e atribuições. Natureza do vínculo estabelecido com o conselheiro .....	456

<b>CAPÍTULO XVIII — Os Poderes do Empregador no Contrato de Emprego: Poder Diretivo, Função de Controle, Revista, Controle por Instrumentos visuais e de polígrafo. Regulamentar, etc. Poder de Fiscalização e Disciplinar. Efeitos do Contrato de Emprego: Direitos, Deveres e Obrigações das Partes. Direitos da Personalidade: Direito à Integridade Física, Direito à Integridade Intelectual (Invenções do Empregado, Efeitos Conexos do Contrato) e Direito à Integridade Moral. Indenizações por Dano Material, Moral e Estético. Dano Coletivo .....</b>		<b>458</b>
1. O fenômeno social e as primeiras manifestações de poder .....		458
2. Conceito de poder hierárquico .....		459
3. Crítica ao chamado poder hierárquico .....		459
3.1. Poder diretivo. Poder disciplinar. Poder regulamentar e poder de fiscalização .....		459
4. Conceito e fundamentos do poder diretivo .....		460
4.1. Titular do poder diretivo. Natureza jurídica e limites. Hipóteses de desobediência legítima. Ordem sobre a conduta extralaboral .....		460
4.2. Funções diretivas .....		462
4.3. A revista como função de controle .....		463
4.3.1. A revista em face da lei, da jurisprudência e da doutrina .....		463
4.3.2. Situações que justificam a revista. Meios e cautelas que deverão ser utilizados para reduzir os seus efeitos .....		464
4.3.3. Âmbito de realização da revista. Limites .....		465
4.3.4. Revista que pressupõe inspeção direta sobre o corpo do empregado. Exigência de que o empregado se desnude. Violação ao direito à intimidade .....		466
4.3.5. Revistas em objetos do empregado, veículo ou em espaços a ele reservados .....		468
4.3.6. O procedimento das revistas na legislação estrangeira: Itália. Espanha. França. China. Argentina. Canadá .....		469
4.4. Fiscalização por instrumentos visuais .....		471
4.5. Controle exercido por meio de polígrafo .....		472
4.6. Controle das comunicações do empregado no local de trabalho. O <i>e-mail</i> .....		475
5. O poder disciplinar .....		479
5.1. Conceito de poder disciplinar. Tipos de sanção .....		480
5.2. Fundamento. Novas posições .....		481
5.3. Natureza jurídica do poder disciplinar .....		481
5.4. Dosagem da pena .....		482
5.5. Norma regulamentar. Sindicância interna .....		483
6. Deveres do empregado .....		483
6.1. Conteúdo e limites do dever de obediência .....		483
6.2. Dever de diligência .....		486
6.3. Dever de fidelidade .....		487
7. Direitos dos empregados. Deveres do empregador .....		487
8. Direitos fundamentais, direitos humanos e direitos da personalidade .....		488
8.1. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais. Limites .....		488

8.2. Princípios .....	489
8.3. A internacionalização dos direitos humanos .....	489
8.4. Direitos fundamentais do trabalho sob o prisma da ação internacional .....	490
8.5. Direitos fundamentais à luz da Constituição da República de 1988. Eficácia mediata e imediata dos direitos fundamentais .....	491
<b>9. Direitos da personalidade .....</b>	<b>493</b>
9.1. Direito à <b>integridade física</b> do trabalhador .....	494
9.2. Direito à <b>integridade intelectual</b> do empregado. Direitos conexos .....	494
9.2.1. Introdução .....	494
9.2.2. Proteção aos direitos conexos .....	497
9.2.2.1. Direito de arena .....	497
9.2.3. Autor empregado. Direitos autorais .....	499
9.2.4. Invenções do empregado .....	500
9.2.4.1. Tratamento legal .....	500
9.2.4.2. Conceito .....	501
9.2.4.3. Invenções dos empregados. Cultivares .....	501
9.3. <b>Direito à integridade moral — lesão à imagem e à honra .....</b>	<b>503</b>
9.3.1. Direito à integridade moral. Lesão ao direito à intimidade. Revista abusiva ..	506
9.3.2. Restrição ao uso de banheiro .....	508
9.3.3. Submissão do empregado a exames para investigação do vírus HIV e de anticorpos de Hepatite B .....	508
9.4. Liberdade de pensamento, crença religiosa, convicção filosófica, política ou sindical .....	509
9.5. Conclusão .....	510
<b>10. Dano material, dano patrimonial e dano moral .....</b>	<b>510</b>
10.1. Introdução .....	510
10.2. Conceito de dano moral .....	512
10.3. Cumulação de danos morais com danos materiais e estéticos .....	513
10.4. Natureza jurídica .....	514
10.5. Dano moral e competência da Justiça do Trabalho .....	514
10.6. Prova .....	515
10.7. Responsabilidade pré-contratual, contratual e pós-contratual .....	515
10.8. A compensação por danos morais. Parâmetros para fixação de valor .....	517
<b>11. Dano coletivo .....</b>	<b>519</b>
 <b>CAPÍTULO XIX — Duração do Trabalho. Jornada de Trabalho .....</b>	<b>522</b>
1. Escorço histórico .....	522
2. Fundamentos e objetivos .....	522
3. Jornada e horário .....	523
3.1. Trabalho extraordinário. Necessidade imperiosa .....	523
a) Força maior .....	523

b) Recuperação do tempo perdido em decorrência de força maior .....	524
c) Serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos ao empregador .....	524
3.2. Trabalho extraordinário não previsto nas hipóteses de necessidade imperiosa .....	525
3.3. Horas extras. Conceito. Natureza jurídica. Horas extras habituais e incorporação à remuneração .....	525
3.4. Cálculo das horas extras. Comissionista. Salário fixo. Salário variável e salário misto ..	526
3.5. Horas extras. Supressão. Indenização .....	526
3.6. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada .....	527
3.7. Tempo utilizado para troca de uniforme, lanche, higiene pessoal e ginástica .....	527
3.8. Participação em cursos e treinamento .....	528
3.9. Horas <i>in itinere</i> .....	528
4. Sobreaviso. Portadores de bipe, celulares e outros aparelhos semelhantes .....	531
5. Horas extras em condições insalubres e perigosas. Acordo de compensação de horas locais .....	532
6. Jornada em turno ininterrupto de revezamento. Intervalo. Empregado horista .....	532
6.1. Ferroviários submetidos a escalas variadas com alternância de turnos. Aplicação do art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988 .....	533
7. Jornada em regime de tempo parcial .....	533
8. Compensação. Consequências na hipótese de descaracterização do regime .....	534
8.1. Banco de horas .....	535
8.2. Regime de 12 x 36 horas de trabalho. Regime de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra (semana espanhola). Semana inglesa. Aplicação de 40 horas semanais com divisor 200 para cálculo do salário-hora do empregado mensalista .....	535
9. Empregados excluídos do direito a horas extras. Art. 62 da CLT. Cargos de confiança e serviços externos incompatíveis com fixação de horário .....	536
9.1. Horas extras. Empregado que reside no local de trabalho .....	537
10. Intervalo entre dois turnos (interjornada) ou para refeição (intrajornada) .....	538
10.1. Consequências legais em caso de desrespeito aos intervalos .....	540
10.2. Pausas e descansos. Digitadores, mineiros e trabalhadores em câmaras frigoríficas ....	541
11. Trabalho noturno no meio urbano e no meio rural .....	542
11.1. Cálculo do adicional noturno .....	543
11.2. Consequências nefastas advindas do trabalho noturno .....	543
11.3. Convenção n. 171 da OIT sobre trabalho noturno .....	545
11.3.1. Introdução .....	545
11.3.2. Campo de aplicação .....	545
11.3.3. Conceito de trabalho noturno .....	545
11.3.4. Medidas de proteção ao trabalhador noturno .....	545
11.3.5. Tutela conferida à trabalhadora noturna no ciclo gravídico-puerperal .....	546
11.3.6. Tratamento especial ao trabalhador noturno .....	546
11.3.7. Meios de aplicação da Convenção n. 171 da OIT .....	547

12. Obrigatoriedade de manter controle de horário .....	547
12.1. Prova da hora extra .....	547
13. Jornadas especiais do trabalho .....	548
a) Advogado .....	548
a.1) Dedicção exclusiva .....	549
b) Artista .....	550
c) Atleta .....	551
d) Bancário .....	552
d.1) Bancários excluídos das regras especiais. Função de confiança .....	554
d.2) Empregados de financeiras, bancos regionais, corretoras, distribuidoras de valores e empresa de processamento de dados que prestam serviço a banco .....	556
d.3) Empregados de cooperativas de crédito e administradoras de cartão de crédito ....	556
e) Digitador .....	558
e.1) Introdução .....	558
e.2) Enquadramento .....	558
e.3) Intervalo e jornada .....	558
f) Ferroviário .....	559
g) Jornalista .....	563
h) Mineiro .....	563
i) Professor .....	564
i.1) Participação em reuniões, permanência na sala de aula ou outro local aguardando pais de alunos, após o expediente ou durante os intervalos .....	565
i.2) Intervalo entre aulas, conhecido como “janela” .....	566
j) Telefonista .....	566
<b>CAPÍTULO XX — Repouso Semanal Remunerado e Férias .....</b>	<b>570</b>
1. Repouso Semanal Remunerado .....	570
1.1. Escorço histórico .....	570
1.2. Fundamentos .....	570
1.2.1. Conceito. Características. Natureza jurídica .....	571
1.3. O repouso semanal à luz da CLT e da Lei n. 605, de 1949 .....	571
1.4. Destinatários da Lei n. 605, de 1949 .....	572
1.5. Empregada doméstica e o instituto do repouso .....	572
1.6. O repouso semanal remunerado do professor .....	573
1.7. Repouso semanal em empresas, cujas atividades, caracteristicamente, desenvolvem-se em fins de semana .....	573
1.8. Requisitos para aquisição do repouso .....	574
1.9. Remuneração do repouso. Critérios de cálculo .....	575
1.9.1. Trabalho realizado aos domingos sem folga compensatória .....	576

1.10. Derrogações ou exceções ao repouso aos domingos .....	576
1.10.1. Derrogações permanentes ao repouso aos domingos e feriados .....	576
1.10.1.1. O funcionamento dos supermercados aos domingos .....	577
1.10.1.2. Empresas autorizadas a funcionar aos domingos e escalas de revezamento ..	578
1.10.2. Derrogações transitórias aos repouso .....	579
1.11. Violação aos preceitos contidos na legislação pertinente ao repouso semanal e em feriados .....	580
2. Férias .....	580
2.1. Escorço histórico .....	580
2.2. Conceito .....	581
2.3. Fundamentos .....	581
2.4. Natureza jurídica .....	581
2.5. Tratamento legal .....	582
2.6. Do direito a férias. Duração e concessão .....	582
2.7. Férias e empregado menor .....	583
2.8. Ausências que não afetam o período aquisitivo de férias .....	583
2.8.1. Ausências que afetam o período aquisitivo de férias .....	584
2.9. Remuneração das férias e seu pagamento .....	584
2.10. Férias e cessação, dissolução ou terminação do contrato de trabalho .....	585
2.11. Férias-prêmio .....	586
2.12. Férias e Convenção n. 132 da OIT .....	586
2.13. Férias coletivas .....	588

**CAPÍTULO XXI — Remuneração e Salário. Conceito. Distinções. Caracteres e Classificação do Salário. Diferença entre Salário e Indenização. Composição do Salário. Modalidades de Salário. Componentes da Remuneração .....**

1. Introdução .....	590
2. Conceito. Distinção entre salário e remuneração. Efeitos práticos .....	591
3. Natureza jurídica do salário .....	592
4. Diferença entre salário e indenização .....	593
5. Caracteres do salário .....	593
6. Componentes .....	594
7. Salário <i>in natura</i> e utilidades não salariais .....	594
8. Utilidades não salariais .....	595
9. Utilidade fornecida por meio de comodato .....	600
10. O fornecimento do salário <i>in natura</i> em face da suspensão e da interrupção do contrato ....	600
11. Comissões .....	601
11.1. Conceito. Distinção entre comissões e percentagens. Natureza jurídica das comissões ...	601
11.2. Nascimento do direito às comissões .....	602
11.3. Inexecução do negócio por vontade do cliente ou do empregador. Cancelamento de vendas .....	603

11.4. Comissões. Vendas por meio de licitação .....	603
11.5. Comissões e exclusividade de zona. Comissões e cessação da relação de emprego ....	603
11.6. Vendas à prestação. Exigibilidade das comissões .....	604
11.7. Insolvência do comprador .....	605
11.8. Cláusula <i>star del credere</i> .....	605
11.9. Lastro ou fiança .....	606
11.10. Comissões. Repercussão na remuneração para os efeitos legais. Horas extras ....	606
11.11. Pagamento das comissões .....	607
11.12. Acumulação de funções .....	607
11.13. Alteração contratual e empregado comissionista .....	607
11.14. Equiparação salarial e empregado comissionista .....	608
12. Gratificação .....	608
12.1. Origem etimológica. Evolução do conceito. Critérios adotados para aferição do ajuste tácito .....	608
12.2. Classificação .....	610
12.3. Natureza jurídica. Efeitos da gratificação no contrato de trabalho .....	610
12.4. Gratificação concedida pelo empregador após preenchimento de certas condições ....	610
12.5. Gratificação natalina ou 13 <sup>o</sup> salário .....	611
12.5.1. Destinatários .....	611
12.5.2. Época e valor do pagamento .....	611
12.5.3. Adiantamento. Dedução da primeira parcela. URV. Lei n. 8.880, de 1994 ..	612
12.5.4. Ausências .....	612
12.5.5. Cessação do contrato de trabalho .....	612
13. Diárias .....	614
13.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Distinção entre diárias e ajuda de custo ...	614
14. Abonos .....	615
15. Prêmios .....	615
15.1. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Diferença entre prêmio, participação nos lucros e gratificação .....	615
16. “Bicho” .....	616
17. Gueltas .....	616
18. Luvas .....	617
19. <i>Stock options</i> .....	618
20. Gorjeta .....	618
20.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Efeitos práticos .....	618
21. Direito de arena .....	620
22. Adicional de insalubridade .....	621
22.1. Destinatários .....	621
22.2. Conceito .....	621
22.3. Base de incidência do adicional de insalubridade .....	622
22.4. O adicional de insalubridade como componente da remuneração do empregado ..	623

22.5. Adicional de insalubridade devido a empregado sujeito a mais de um agente agressivo .	623
22.6. Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) .....	624
22.7. Adicional de insalubridade. Óleos minerais. Sentido do termo “manipulação” .....	624
22.8. Pedido de adicional de insalubridade. Agente nocivo diverso do apontado na petição inicial .....	624
22.9. Legitimidade do sindicato para atuar como substituto processual .....	625
23. Adicional de periculosidade .....	625
23.1. Destinatários .....	625
23.2. Conceito. Base de incidência .....	625
23.3. Incidência na remuneração do empregado .....	627
23.4. Não cumulação do adicional de insalubridade com o de periculosidade .....	628
23.5. Inserção em folha .....	628
23.6. Postulação em juízo .....	628
24. Adicionais de horas extras, noturnos e de transferência .....	628
25. Quebra de caixa .....	628
26. Participação nos lucros .....	629
26.1. Escorço histórico .....	629
26.2. Conceito e natureza jurídica .....	629
26.3. Fundamentos .....	630
26.4. Objeções à participação nos lucros .....	630
26.5. Participação nos lucros e regulamentação por meio de medidas provisórias .....	631
26.6. A participação nos lucros à luz da Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000 .....	633
26.7. Questões práticas alusivas à participação nos lucros .....	634
27. Ajuda de custo .....	635
27.1. Natureza jurídica. Conceito .....	635
28. Verba de representação .....	636
29. Salário-família .....	637
30. Cessão do salário .....	637
31. Classificação do salário .....	638
31.1. Escorço histórico .....	638
31.2. Conceito. Estipulação. Garantia .....	639
31.3. Outras classificações de salário .....	640
<b>CAPÍTULO XXII — Formas e Meios de Pagamento do Salário. Proteção ao Salário ....</b>	<b>645</b>
1. Formas e meios de pagamento do salário .....	645
2. Proteção ao salário ou garantias salariais .....	646
2.1. Medidas de proteção ao salário contra abusos do empregador. O <i>truck-system</i> .....	646
2.2. Medidas de proteção ao salário contra os credores do empregador .....	653
2.3. Medidas de proteção ao salário contra familiares do empregado .....	653
2.4. Medidas de proteção ao salário contra credores do empregado .....	653

<b>CAPÍTULO XXIII — Equiparação Salarial. O Princípio da Igualdade de Salário.</b>	
<b>Desvio de Função .....</b>	<b>655</b>
1. Introdução .....	655
2. Identidade de função .....	656
3. Mesmo empregador .....	657
3.1. Empresas do mesmo grupo econômico .....	657
4. Equiparação Salarial. Sucessão. Trabalho temporário. Terceirização. Cessão .....	658
5. Regimes jurídicos diversos .....	659
6. Espaço físico como requisito necessário à isonomia .....	659
7. O Trabalho de igual valor e a contemporaneidade no exercício das funções. Vacância de cargo .....	660
7.1. Equiparação salarial e jornadas distintas .....	661
8. Equiparação salarial a empregados ocupantes de cargo de confiança ou executantes de trabalhos intelectuais ou artísticos .....	661
9. Maior formação teórica do paradigma. Profissões que exigem habilitação técnica .....	663
10. O tempo de serviço como requisito necessário à isonomia. Soma de períodos descontínuos ..	663
11. O quadro de carreira como obstáculo à equiparação salarial. Enquadramento. Reclasseificação. Desvio de função .....	665
12. Readaptação como obstáculo à isonomia .....	666
13. Isonomia advinda de sentença judicial. Vantagens pessoais .....	666
14. A indicação do paradigma .....	666
15. A equiparação entre brasileiros e estrangeiros .....	667
16. A equiparação salarial e o rural .....	667
17. Cessão de empregados .....	668
18. Ônus da prova .....	668
19. Prescrição .....	669
20. Súmula n. 6 .....	669
<b>CAPÍTULO XXIV — Alteração do Contrato de Emprego. Alteração Unilateral e Bilateral. Transferência de Local de Trabalho. Remoção. Reversão. Promoção e Rebaixamento. Alteração de Horário de Trabalho. Redução de Remuneração. <i>Jus Variandi</i> .....</b>	<b>671</b>
1. Das alterações do contrato individual de trabalho e do pré-contrato .....	671
2. As alterações voluntárias e <i>jus variandi</i> . Qualificação profissional .....	672
2.1. Alteração qualitativa: modificação na função do empregado. Acúmulo de função. <i>Jus variandi</i> .....	673
2.1.1. Acumulação de funções e o empregado radialista .....	675
2.2. Alteração qualitativa imperativa (obrigatória) .....	677
3. Alteração quantitativa do contrato (salário) .....	678
4. Alteração do local de trabalho .....	680
5. Alteração na jornada e no turno de trabalho. <i>Jus variandi</i> .....	682
6. Prescrição .....	684
7. Consequências .....	684

## **CAPÍTULO XXV — Interrupção e Suspensão do Contrato: Conceito, Caracterização, Distinções. Tipificação. Situações Controvertidas. Anistia. 685**

1. Fundamentos .....	685
2. Traços comuns entre a interrupção e a suspensão do contrato .....	685
3. Conceito. Caracterização. Traços distintivos entre interrupção e suspensão do contrato ...	686
4. Classificação .....	687
4.1. Hipóteses de interrupção contratual .....	687
4.2. Hipóteses de suspensão contratual. Situações controvertidas .....	692
5. Efeitos .....	697
6. Fluência dos contratos a termo em face da suspensão e da interrupção do contrato .....	698
7. Anistia .....	698

## **CAPÍTULO XXVI — Resolução pelo Inadimplemento das Obrigações do Contrato. Justa Causa. Rescisão Indireta. Assédio Moral e Assédio Sexual . 701**

1. Justa Causa .....	702
1.1. Conceito e requisitos .....	702
1.2. Circunstâncias que devem ser sopesadas na análise da justa causa .....	705
1.3. Elenco taxativo das justas causas. Espécies .....	705
1.4. Justas causas específicas .....	718
1.5. Natureza jurídica da despedida por justa causa .....	720
1.6. Atos faltosos praticados pelo empregador. Despedida indireta .....	720
1.7. Prova da justa causa .....	728
1.8. Conseqüências caso não seja comprovada a falta ensejadora da rescisão indireta ...	729
1.9. Permanência do empregado no trabalho e pleito de rescisão indireta .....	730
2. <b>Assédio moral.</b> Justa causa. Rescisão indireta .....	730
2.1. Introdução .....	730
2.1.1. O assédio moral. Terminologia. Primeiras manifestações .....	732
2.2. Conceito .....	732
2.3. Comportamentos configuradores do assédio moral .....	733
2.4. Elementos do conceito .....	734
2.5. Perfil do assediador .....	736
2.5.1. Efeitos .....	738
2.6. O assédio moral na legislação e na doutrina estrangeiras .....	738
2.7. O assédio moral no Brasil .....	740
2.8. A dificuldade da prova .....	743
2.9. Conclusão .....	743
3. <b>O assédio sexual.</b> Justa causa. Rescisão indireta .....	743
3.1. Introdução .....	743
3.2. Conceito. Manifestações. Necessidade de repúdio .....	747
3.3. Legislação sobre a temática. Responsabilidade .....	748

3.4. Enquadramento da falta .....	749
3.5. Ônus da prova do assédio sexual .....	751

## **CAPÍTULO XXVII — Obrigações Decorrentes da Cessação do Contrato. Aviso-prévio.**

<b>Multa</b> .....	753
1. Dissolução ou terminação do contrato .....	753
2. <b>Aviso-prévio</b> .....	754
2.1. Escorço histórico .....	754
2.2. Conceito e natureza jurídica .....	755
2.3. Finalidade .....	755
2.4. Presunção gerada pelo aviso-prévio concedido .....	755
2.5. Duração do aviso-prévio .....	755
2.6. Retratação .....	756
2.7. Dissolução do contrato .....	756
2.8. Estabilidade provisória .....	757
2.9. Aviso-prévio e sua projeção no tempo de serviço. Indenização adicional .....	758
2.10. Aviso-prévio indenizado. Prazo de pagamento das verbas rescisórias .....	759
2.11. Justa causa no curso do aviso-prévio .....	759
2.12. Doença no curso do pré-aviso .....	759
2.13. Remuneração do aviso-prévio .....	760
2.14. Irrenunciabilidade .....	760
2.15. Aviso-prévio indenizado e contribuição previdenciária .....	760
2.16. A Lei n. 12.506, de 11 de outubro de 2011 .....	761
2.17. Súmula n. 444 do TST .....	761
3. <b>Multa em decorrência de atraso no pagamento das verbas rescisórias</b> .....	761
3.1. Multa e decretação de falência .....	764
3.2. Multa pelo descumprimento de norma coletiva. Obrigação assegurada em lei .....	764
3.3. Multa a que se refere o art. 652 da CLT. Penalidades administrativas impostas na forma do art. 114, VII, da Constituição vigente .....	764
3.4. Multa estipulada em cláusula penal .....	765
3.5. Multa na litigância de má-fé .....	765
3.6. Multa. Pessoa jurídica de direito público .....	765
4. <b>Quitação. Homologação. Eficácia liberatória</b> .....	765

## **CAPÍTULO XXVIII — Estabilidade e Garantias Provisórias de Emprego. Fundamentos. Conceito. Caracterização e Distinções. Formas de Estabilidade. Renúncia à Estabilidade. Homologação. Despedida de Empregado Estável. Efeitos**

1. Fundamentos .....	767
2. Escorço histórico .....	767
3. Conceito de estabilidade decenária .....	768
4. Empregados excluídos da estabilidade decenária .....	768
5. Despedida obstativa da estabilidade .....	769
6. Natureza jurídica da estabilidade decenária .....	770

7. Dissolução do contrato. Efeitos. Reintegração e readmissão. Indenização. Renúncia à estabilidade decenária .....	770
8. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa à luz da Constituição vigente .....	772
9. Denúncia da Convenção n. 158 da OIT .....	772
10. Outras formas de estabilidade .....	773
11. Garantias ou estabilidades provisórias de emprego .....	774
11.1. Dirigente sindical .....	774
11.1.1. Fundamentos da tutela ao dirigente sindical .....	775
11.1.2. Cargos que ensejam estabilidade. Sindicato sem registro .....	775
11.1.3. Dirigentes de associação profissional .....	776
11.1.4. Delegados que dirigem seções instituídas pelo sindicato .....	777
11.1.5. O registro da candidatura do empregado e a comunicação a que alude o art. 543, § 5º, da CLT. Caracterização da estabilidade provisória .....	777
11.1.6. Efeitos do afastamento do empregado dirigente sindical .....	778
11.1.7. Efeitos jurídicos da dissolução contratual do empregado dirigente de sindicato. Inquérito. Antecipação de tutela .....	778
11.1.8. O registro da candidatura do dirigente sindical no curso do contrato por prazo determinado .....	779
11.1.9. Empregado eleito dirigente de sindicato que não guarda correspondência com a função por ele exercida na empresa .....	780
11.2. Representantes de empregados na CIPA. Garantia de emprego. Fundamentos. Empregado representante de empregador na CIPA .....	781
11.3. Empregada no ciclo gravídico-puerperal .....	783
11.4. Empregado acidentado. Garantia de emprego. Fundamentos .....	783
11.5. Diretores de sociedades cooperativas .....	784
11.6. Estabilidade provisória e membros de Comissão de Conciliação Prévia .....	785
11.7. Representantes dos empregados no Conselho Curador do FGTS .....	785
11.8. Representantes dos empregados no Conselho Previdenciário .....	785
11.9. Estabilidade provisória e leis eleitorais .....	786
11.10. Estabilidade provisória: empregado transferido, alistando, empregado às vésperas da aposentadoria. Asseguramento em Precedentes Normativos do TST .....	787
11.11. Estabilidade provisória e entidades que congregam profissionais liberais .....	788
11.12. Representantes de empregados de que trata o art. 11 da Constituição da República de 1988 .....	788
11.13. Estabilidade provisória e portadores do vírus da AIDS .....	789
12. Considerações gerais .....	789
12.1. Estabilidade provisória e extinção da empresa .....	789
12.2. Estabilidade provisória no curso do aviso-prévio .....	790
12.3. Estabilidade provisória e contratos determinados. Exceção prevista no § 4º do art. 1º da Lei n. 9.601, de 1998 .....	792
12.4. Estabilidade provisória e renúncia .....	793

12.5. Aviso-prévio no curso da garantia de emprego .....	794
12.6. Estabilidade prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição vigente .....	795
12.7. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição .....	796
<b>CAPÍTULO XXIX — O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....</b>	<b>797</b>
1. Instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....	797
1.1. Primeiro momento histórico da flexibilização .....	797
1.1.1. Conselho Curador do FGTS .....	797
2. Constituição do FGTS. Dos depósitos. Natureza jurídica. Impenhorabilidade da conta vinculada .....	798
2.1. Dos saques .....	799
2.2. Trabalhador aposentado que continua trabalhando após o benefício previdenciário ..	801
2.3. Rescisão contratual fictícia .....	802
2.4. FGTS. Partilha de bens .....	802
3. Interdependência dos dois regimes .....	803
4. Prescrição .....	804
5. Expurgos inflacionários. Diferença de multa de 40%. Responsabilidade pelo pagamento ....	805
6. Atualização .....	806
7. Opção retroativa do FGTS .....	806
8. Prova .....	806
9. FGTS e art. 467 da CLT .....	806
9.1. Competência .....	807
10. Dispensa verificada por motivo censurável .....	808
11. Considerações gerais .....	808
<b>CAPÍTULO XXX — Prescrição e Decadência .....</b>	<b>809</b>
1. Introdução .....	809
2. Conceito de prescrição e decadência. Código Civil de 1916 e de 2002 .....	809
3. Distinção entre prescrição e decadência .....	810
4. Prescrição, preclusão e preempção .....	815
5. Início da contagem do prazo prescricional. Abrangência: cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação .....	815
6. Fundamentos .....	817
7. Natureza jurídica .....	817
8. Causas preclusivas da prescrição .....	818
9. Prescrição e Constituição da República de 1988 .....	822
9.1. Prescrição da pretensão alusiva a institutos jurídicos assegurados na CLT e em legislação ordinária posterior. Prazo .....	822
9.2. Os prazos prescricionais poderão ser alterados por acordo entre as partes? .....	823
10. Prescrição e aviso-prévio .....	823

11. O termo <i>a quo</i> do prazo prescricional .....	824
12. O termo <i>a quo</i> da prescrição e o prazo a que alude o art. 459 da CLT .....	825
13. Prescrição total e parcial .....	825
14. Congelamento e redução de gratificação .....	826
15. Reenquadramento em plano de cargos. Desvio de função .....	826
16. Complementação de aposentadoria .....	826
17. Prescrição do direito de reclamar diferença salarial decorrente de sentença normativa .....	827
18. Anotação da CTPS para fins de prova junto à Previdência Social. Prescrição .....	828
19. Prescrição e períodos descontínuos de trabalho .....	828
20. A prescrição e os atos nulos .....	828
21. Prescrição e FGTS .....	828
22. Prescrição e PIS .....	829
23. Mudança de regime jurídico .....	829
24. Prescrição e compensação do dano moral .....	829
25. Prescrição intercorrente .....	831
26. A prescrição na interrupção e na suspensão do contrato de trabalho .....	831
27. Prescrição. Doméstico .....	833
28. Prescrição e créditos trabalhistas do empregado rural .....	834

## **CAPÍTULO XXXI — Meio Ambiente do Trabalho. Segurança e Higiene do Trabalho.**

### **O Trabalho da Mulher. Escorço histórico. Restrições ao Trabalho da Mulher. Proteção à Maternidade. Duração da Licença-Maternidade. Discriminação no Contrato de Trabalho .....**

1. Meio ambiente do trabalho. Segurança e higiene do trabalho .....	838
1.1. Introdução .....	838
1.2. Conceito de saúde .....	839
1.3. Regras sobre edificações, iluminação, ventilação e instalações elétricas .....	840
1.4. Periculosidade. Trabalhos com eletricidade. Trabalhos com inflamáveis e explosivos .....	841
1.5. Insalubridade .....	841
1.6. Meio ambiente de trabalho .....	842
1.7. Ritmo excessivo de trabalho. Regime de revezamento. Trabalho noturno .....	842
1.8. Esforço físico .....	845
1.9. Prevenção .....	845
1.10. Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho — CIPA e SESMT .....	848
1.11. Sanções administrativas .....	848
1.12. O dano à pessoa .....	848
1.13. A defesa do meio ambiente de trabalho .....	849
2. Trabalho da mulher .....	854
2.1. Escorço histórico .....	854
2.2. Primeiras leis sobre o trabalho da mulher no Brasil .....	855
2.3. Restrições ao trabalho das mulheres .....	856
2.3.1. Trabalho noturno .....	856

2.3.2. Trabalho em condições insalubres, perigosas e penosas (nas minerações, em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular) .....	857
2.3.3. Trabalho em horas extras e com peso .....	858
2.4. Proteção à Maternidade .....	862
2.4.1. Influência das normas internacionais da OIT sobre a legislação brasileira — Programa Empresa Cidadã (2008) .....	862
2.4.2. Destinatárias da tutela legal .....	863
2.4.2.1. Mãe adotiva e a Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002 .....	865
2.4.3. Duração da licença-maternidade .....	866
2.4.4. Natureza das normas .....	867
2.4.5. Parto antecipado .....	867
2.4.6. Estado civil da mulher e nascimento sem vida da criança .....	867
2.4.7. Falecimento da gestante. Tendência na legislação estrangeira .....	868
2.4.8. Aborto .....	869
2.4.9. Amamentação. Tendência .....	870
2.4.10. Filhos gêmeos. Tendência na legislação estrangeira .....	871
2.4.11. Mudança de função. Dispensa de horário para submeter-se a consultas médicas .....	871
2.4.12. Empregos concomitantes .....	872
2.4.13. Retribuição da licença-maternidade .....	872
2.4.14. Garantia de emprego à gestante. Destinatárias. Inclusão da empregada doméstica .....	874
2.4.15. Dispensa injusta de empregada gestante antes do início da licença-maternidade .....	876
2.4.15.1. Dispensa injusta e não conhecimento da gravidez pela própria empregada .....	878
2.4.16. Reintegração da empregada gestante .....	879
2.4.16.1. Ajuizamento da ação após transcorrido total ou parcialmente o período da estabilidade provisória .....	879
2.4.16.2. Justa causa. Demissão .....	882
2.4.17. Contratos determinados e empregada gestante .....	882
2.5. O combate à discriminação .....	883
2.5.1. Discriminação contra a mulher casada ou trabalhadora grávida .....	884
2.5.2. Proteção à intimidade da trabalhadora .....	885
2.6. Revisão sugerida ao Capítulo III, do Título III, da CLT, intitulado “Da Proteção do Trabalho da Mulher” .....	887
2.7. Penalidades .....	888
2.8. Conclusão .....	888
<b>3. Discriminação no contrato de trabalho .....</b>	<b>888</b>
3.1. Introdução .....	889

3.2. Conceito .....	889
3.2.1. Momento da discriminação — Ato da contratação — Curso do contrato e dissolução do ajuste laboral .....	890
3.3. Razões ensejadoras da discriminação .....	891
3.4. Discriminação <b>direta, indireta e oculta</b> .....	893
3.5. Medidas sugeridas para o combate à discriminação. Ações afirmativas .....	894
3.6. Discriminação por <b>motivo de raça, estado civil e idade</b> .....	895
3.7. Discriminação por <b>motivo de sexo</b> .....	898
3.7.1. Introdução .....	898
3.7.2. A ação internacional e o combate à discriminação contra a mulher .....	900
3.7.3. Igualdade de remuneração .....	901
3.7.3.1. Conceito .....	901
3.7.4. Igualdade de oportunidades e de tratamento. Convenção n. 111 da OIT .....	907
3.7.4.1. Formação profissional, acesso ao trabalho, manutenção e condições de trabalho .....	907
3.7.5. Discriminação direta e indireta sob o prisma do direito comunitário .....	913
3.7.6. O Ano Internacional da Mulher proclamado pelas Nações Unidas .....	915
3.7.7. A Convenção das Nações Unidas e seu protocolo .....	919
3.7.8. Estratégias avançadas de Nairobi para o progresso da mulher até o ano 2000. Avanços e recuos .....	922
3.7.9. Ações afirmativas atribuindo tratamento especial às mulheres .....	929
3.8. <b>Deficiente físico:</b> novas dimensões da proteção no mercado de trabalho .....	933
3.9. <b>AIDS</b> no local de trabalho .....	936
3.9.1. Introdução .....	936
3.9.2. Características da infecção pelo vírus HIV .....	938
3.9.3. AIDS e direitos fundamentais .....	938
3.9.4. Declaração da OMS e da OIT sobre AIDS. Tratamento atribuído aos empre- gados portadores do HIV ou com AIDS .....	939
3.9.5. Procedimentos e políticas no trabalho sobre HIV/AIDS no Brasil .....	939
3.9.6. Investigação do HIV/AIDS por ocasião da contratação ou no curso do con- trato. O respeito ao direito à intimidade do trabalhador .....	940
3.9.7. A efetividade da tutela antidiscriminatória em alguns países .....	944
3.9.7.1. Exigibilidade do teste em face do exercício de função que implique a possibilidade de contágio .....	946
3.9.7.2. Informação e educação .....	947
3.9.7.3. A infecção pelo HIV. Justa causa. Motivo justificado .....	947
3.9.7.4. A rescisão do contrato e a conseqüente reintegração. Dificuldade de se comprovar o tratamento discriminatório .....	949
3.9.7.5. Capacidade parcial e incapacidade do soropositivo para o exercício das funções. Readaptação. Ações afirmativas .....	952
3.9.8. A possibilidade de contágio pelo HIV no trabalho. Precauções .....	953
4. Discriminação e <b>orientação sexual do empregado</b> .....	953

## PARTE II — DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

<b>CAPÍTULO I — Direito Coletivo do Trabalho. Definição. Denominação. Fontes e Princípios Jurídicos</b> .....	959
1. Definição. Denominação. Autonomia .....	959
2. Evolução histórica .....	960
3. Direito Sindical no Brasil. Evolução legislativa .....	963
4. A evolução do Direito Coletivo brasileiro no plano constitucional. Fontes normativas ...	963
5. Direito Coletivo na Constituição da República de 1988 .....	964
<b>CAPÍTULO II — Liberdade Sindical. Convenção n. 87 da OIT. Organização Sindical. Conceito de Categoria. Categoria Diferenciada. Membros da Categoria. Dissociação de Categoria</b> .....	970
1. Liberdade sindical .....	970
2. Organização sindical .....	973
<b>CAPÍTULO III — Entidades Sindicais: Conceito, Natureza Jurídica, Autonomia e Estrutura, Prerrogativas e Limitações. Garantias Sindicais</b> .....	975
1. Conceito de sindicato .....	975
2. Natureza jurídica do sindicato no Brasil .....	975
3. Autonomia sindical .....	977
4. Prerrogativas sindicais (art. 513 da CLT). Contribuições para entidades sindicais em face da nova redação dada ao art. 114 da Constituição. Competência da Justiça do Trabalho .....	979
5. Garantias do dirigente sindical .....	985
6. Comunicação ao empregador do registro da candidatura do empregado .....	986
7. Registro da candidatura ou aquisição do direito, em face da comunicação da garantia de emprego .....	986
8. Fixação do número de dirigentes sindicais .....	986
9. Efeitos do afastamento e da despedida do dirigente sindical sobre o contrato de trabalho ....	987
10. Registro da candidatura do dirigente sindical no curso de contrato determinado .....	987
11. Estabilidade provisória junto a sindicato de categoria que não guarda correspondência com a função exercida na empresa .....	988
12. Centrais sindicais .....	988
<b>CAPÍTULO IV — Negociação Coletiva. Convenção Coletiva</b> .....	989
1. Negociação coletiva .....	989
1.1. Negociação coletiva no serviço público .....	991
2. Convenção coletiva e o art. 7º, VI, da Constituição da República de 1988 .....	993
2.1. Conceito e natureza jurídica da convenção coletiva .....	993
3. Teorias contratualistas, ecléticas, jurídico-sociais, normativas e mista .....	994
3.1. Mandato .....	994
3.2. Teoria da estipulação em favor de terceiros .....	995

3.3. Teoria da gestão de negócios .....	996
3.4. Teoria da personalidade moral e fictícia .....	996
3.5. Teoria do pacto social .....	997
3.6. Teoria da solidariedade necessária ( <i>Rouast</i> ) .....	997
3.7. Teoria da representação legal .....	997
3.8. Teoria institucional .....	998
3.9. Teoria normativa de <i>Kelsen</i> .....	998
3.10. Teoria da lei delegada .....	998
3.11. Teoria mista .....	999
4. Convenção coletiva e alteração de preceitos legais .....	999
5. Convenção coletiva. Categoria diferenciada .....	999
6. Elaboração, aprovação, efeitos, importância, prorrogação, revisão, denúncia e revogação das convenções coletivas .....	1000
7. Conteúdo da convenção coletiva .....	1000
8. Efeitos posteriores. Incorporação das cláusulas no contrato de trabalho .....	1001
9. Importância da convenção coletiva para o Estado .....	1001
9.1. Importância da convenção coletiva para o sindicato .....	1001
9.2. Importância da convenção coletiva como fonte de Direito .....	1002
10. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação .....	1002
10.1. Revisão .....	1002
10.2. Revogação .....	1002
11. Forma e publicidade .....	1002
12. Substituição processual. Acordo e convenção coletiva .....	1003
<b>CAPÍTULO V — Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio Coletivo .....</b>	<b>1004</b>
1. Conceito .....	1004
2. Classificação dos dissídios coletivos .....	1005
3. Conteúdo das sentenças normativas .....	1005
4. Questões ligadas à interpretação de normas de caráter genérico, enquadramento sindical e disputa intersindical. Conflitos intersindicais, intrassindicais e extrassindicais. Competência da Justiça do Trabalho .....	1006
5. Partes no dissídio coletivo .....	1008
6. Instauração da instância. O pressuposto do “comum acordo” introduzido no § 2º do art. 114 da Constituição vigente pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004 .....	1008
7. Extensão da sentença normativa .....	1013
8. Revisão da sentença normativa .....	1013
9. Eficácia .....	1013
10. Natureza jurídica da sentença normativa .....	1016
11. Ação de cumprimento .....	1016
12. Dissídio coletivo no serviço público .....	1017
13. Dissídio coletivo e trabalho doméstico .....	1017

<b>CAPÍTULO VI — Condutas Antissindiciais</b> .....	1019
1. Conceito .....	1019
2. Mecanismos de tutela .....	1020
3. Os agentes da conduta antissindical .....	1021
4. Manifestação dos atos antissindiciais .....	1022
4.1. Competência .....	1022
5. Prova .....	1023
6. A conduta antissindical na legislação estrangeira .....	1024
7. Condutas antissindiciais no Brasil .....	1025
<b>CAPÍTULO VII — A Greve no Direito Brasileiro</b> .....	1029
1. Introdução .....	1029
2. Escorço histórico .....	1029
2.1. A greve como fato social e como direito .....	1031
3. Trajetória histórica no Brasil .....	1032
4. Conceito .....	1033
4.1. Natureza jurídica .....	1033
4.2. Modalidades de greve .....	1033
4.3. Deflagração da greve .....	1034
4.4. Efeitos no contrato .....	1035
4.5. Direitos e deveres dos grevistas .....	1035
5. Greve em atividades essenciais .....	1035
6. Limites ao direito de greve .....	1036
7. Responsabilidade pelos atos praticados durante a greve .....	1039
8. Greve no serviço público .....	1040

### PARTE III — DIREITO COMUNITÁRIO DO TRABALHO

1. Origem e evolução das Comunidades Europeias .....	1045
2. Nascimento da integração europeia .....	1046
3. A livre circulação de trabalhadores .....	1048
4. Os três pilares da União Europeia .....	1051
5. Princípio da subsidiariedade .....	1051
6. Estrutura institucional .....	1051
6.1. O Parlamento .....	1052
6.2. O Conselho .....	1052
6.3. A Comissão .....	1053
6.4. A Corte de Justiça .....	1054
6.5. O Tribunal de 1ª Instância .....	1055
6.6. Tribunal de Contas .....	1056
7. Natureza jurídica .....	1056

8. O ordenamento jurídico comunitário europeu .....	1057
9. Os aspectos constitucionais .....	1059
10. Política Social da Comunidade Europeia .....	1060
11. O Progresso Integracionista na América do Sul .....	1073
12. Estrutura organizacional .....	1074
13. Etapas da implantação .....	1074
14. O Subgrupo 11 .....	1074
15. Harmonização das leis .....	1074
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1079</b>